

Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do Patrimônio: Heloisa Alberto Torres e o Museu Nacional

Ana Lúcia de Abreu Gomes^{*}
Maria Margaret Lopes^{**}

Recebido em: 23/05/2018
Aprovado em: 25/05/2018

* Professora adjunta do curso de Museologia da Universidade de Brasília (UnB).

** Pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB. Professora orientadora plena do Programa de Pós-Graduação InterMuseologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mariamargaretlopes@gmail.com.

Resumo

Este artigo tem como temática a relação entre agentes e agências no contexto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nossa proposta foi perscrutar, a partir do contexto de criação do serviço, como se acomodaram aquelas instituições que já tratavam do patrimônio antes do *patrimônio*. Optamos por fazê-lo por meio da trajetória profissional de Heloisa Alberto Torres à frente do Museu Nacional, no Rio de Janeiro destacando uma determinada rede de sociabilidades que informará seu agenciamento quando da criação do Serviço.

Palavras-chave

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Nacional; Heloisa Alberto Torres.

Abstract

This article deals with the relationship between agents and agencies in the context of the creation of the Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Our proposal was to examine, from the context of creation of the Sphan, how they accommodated those institutions that already dealt with the heritage before Sphan. We chose to do it so through the analysis of the professional trajectory of Heloisa Alberto Torres at the head of the Museu Nacional, in Rio de Janeiro, highlighting a certain network of sociabilities that will inform its agency when the Service was created.

Keywords

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Nacional (Rio de Janeiro); Heloisa Alberto Torres.

Em 9 de maio de 1936 a direção do Museu Nacional, por meio de Heloisa Alberto Torres, escreve ao chefe do ainda não oficializado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan),¹ Rodrigo Melo Franco de Andrade. O objetivo da correspondência: posicionar-se perante proposta elaborada por Mário de Andrade para a organização daquele serviço.

Esta carta é bastante conhecida.² Foi uma resposta à solicitação do próprio Rodrigo Melo Franco quando do recebimento do anteprojeto que Mário de Andrade elaborara para o futuro Serviço do Patrimônio a pedido do ministro da Educação e Saúde à época, Gustavo Capanema.

Em entrevista ao Programa de História Oral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Judith Martins³ relembra esse processo. Ela se recorda de que uma das primeiras providências tomadas por Rodrigo Melo Franco em 1936 foi encaminhar o anteprojeto para “(...) amigos, juristas, literatos – gente que entendesse do assunto que era praticamente novo aqui no Brasil, para estudarem o projeto de Mário de Andrade (...)”.⁴ Segundo ela, o projeto era muito extenso, e pretendia-se reduzi-lo. Nesta entrevista Judith Martins lembra de alguns nomes cuja avaliação foi solicitada, como Prudente de Moraes Neto e Edmundo Lins.

Com certeza se tratava de uma situação delicada, pois o novo serviço se instalaria em meio a outras agências que, de uma maneira ou de outra, já tratavam daquilo que se convencionou chamar de *patrimônio* – um patrimônio antes do *patrimônio*. Na avaliação de Luiz de Castro Faria, em seminário no Iphan em 1995,⁵ “(...) só se pode compreender o problema da criação do ‘patrimônio histórico e artístico nacional’ em relação a outras instituições, todas marcadas pela questão do nacionalismo”.⁶ Para Judith Martins, Rodrigo Melo Franco tinha perfeita clareza dessa situação. Ainda em sua entrevista, ela lembra da avaliação do próprio “Dr. Rodrigo” em relação à precariedade de um órgão que não havia sido criado oficialmente naqueles idos de abril de 1936: “É uma repartição que não tem sede, não tem verba, não tem nada (...)”.⁷

Além da precariedade do órgão ainda não oficializado naquele ano, o próprio nome de Rodrigo Melo Franco de Andrade não era consensualmente reconhecido no campo da proteção das artes e dos monumentos. Prudente de Moraes Neto lembra de sua perplexidade com a escolha do nome de Rodrigo:

Quanto a mim, por mais que me esforçasse, confesso que não conseguia participar do entusiasmo do ministro [Gustavo Capanema]. Separamo-nos, ele, eufórico, eu lançado em perplexidade. Não via muito bem a função adequada a Rodrigo, capaz de proporcionar-lhe o campo que faltava à sua devida realização.⁸

Voltemos então à carta de 9 de maio de 1936. Naquele contexto, acredita-se que a proposta tenha chegado ao Museu Nacional para manifestação. Nessa correspondência, Heloisa Alberto Torres, que à época ocupava a vice-direção, se posiciona de forma contrária à proposta.

É oportuno lembrar que a proposta de Mário de Andrade previa a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (observe-se a retirada do adjetivo *histórico*). Mário de Andrade propunha que no futuro Span fossem criados quatro livros do tomo, onde seriam inscritos

(...) os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao patrimônio artístico nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para a cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde.⁹

Na imediata sequência de sua proposta, Mário de Andrade sugere o estabelecimento de quatro livros do tomo, bem como dos museus correspondentes: o Livro de Tombo Arqueológico e Etnográfico, para arte arqueológica, ameríndia e popular; o Livro de Tombo Histórico, para arte histórica; o Livro de Tombo das Belas Artes, para arte erudita nacional e estrangeira; e, por fim, o Livro de Tombo das Artes Aplicadas, nacionais e estrangeiras.¹⁰

No texto dessa proposta o próprio Mário de Andrade já sinaliza os problemas que adviriam dali: a criação do Sphan ensejava uma situação delicada, pois era uma nova agência se inserindo em um campo cujas fronteiras não se encontravam pacificadas, nem sequer acomodadas naquele contexto. Em sua tese de doutorado, Adelia Miglievich Ribeiro apresenta entrevista realizada com a museóloga Lygia Martins Costa, que destaca justamente essa questão: o projeto de Mário de Andrade atingia diretamente os museus nacionais, pois poderia implicar na fragmentação e subordinação de coleções ao novo serviço.¹¹ Em texto intitulado “O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do Sphan”, Lygia Martins Costa¹² cita, além do caso do Museu Nacional, o do próprio Museu Histórico Nacional: “Como acreditar que o Museu [Histórico Nacional] receberia, sem reagir, uma depreciação desse tipo, tanto mais que

se preconizava no anteprojeto uma ação limitada, eliminando-lhe, inclusive, até o direito de chefia?”.¹³

E a resposta imediata veio do Museu Nacional, uma instituição que naquele momento estava prestes a completar 118 anos. Naquele início de 1936, Heloisa Alberto Torres exercia o cargo de vice-diretora na gestão de Alberto Betim Paes Leme, ambos eleitos pela Congregação do Museu Nacional. Mas sua relação com o Museu Nacional é bem anterior, sabemos. Quando da morte de seu pai, Alberto Torres,¹⁴ em 1918, ela ingressou como estagiária no Museu Nacional, levada por ninguém menos do que Edgard Roquette-Pinto, seu *patrono científico*.¹⁵ Sete anos mais tarde, em 1925, aos 30 anos, prestou concurso e foi aprovada para o cargo de professora substituta da Divisão de Antropologia e Etnografia, cadeira cuja titularidade pertencia a Roquette-Pinto. Ressalte-se que tanto o fato de ela ter pleiteado o posto quanto sua aprovação eram incomuns naquela época. Ela foi a primeira mulher a ingressar como professora no Museu Nacional e a assumir a direção da instituição,¹⁶ cargo que ocupou por quase duas décadas, de 1938 a 1955.

Destacamos aqui sua filiação científica a Roquette-Pinto porque ela é bastante esclarecedora do posicionamento tomado por Heloisa Alberto Torres quando da criação de uma nova agência cuja competência seria cuidar e zelar pelo patrimônio artístico e histórico nacional, mas cujo anteprojeto elaborado por Mário de Andrade atingia em cheio a competência dos museus já existentes.

Naquela carta de 9 de maio de 1936, Heloisa Alberto Torres agradece a consulta solicitada por Rodrigo Melo Franco e expõe de maneira clara sua discordância em relação à proposta. No caso do Museu Nacional, a situação mais sensível dizia respeito às coleções de Arqueologia e Etnografia. Para Heloisa, a separação das coleções da seção de Etnografia daquelas do Museu Nacional teria implicações seríssimas para o desenvolvimento dos estudos sobre o tema: “Nada aconselha, na situação atual dos estudos etnográficos entre nós, – situação que provavelmente se prolongará por muitos anos ainda – o afastamento dos laboratórios de etnografia dos de qualquer ramo de estudo da história natural”. Um pouco mais adiante em sua correspondência, Heloisa Alberto Torres acrescenta: “Por tal forma está a pesquisa etnográfica ligada às ciências naturais que a sua instalação em laboratórios distantes só lhe poderia ser prejudicial”. Por fim expressa, a partir de sua apreensão da trajetória e papel do Museu Nacional, o que efetivamente a incomodava na proposta de Mário de Andrade: “(...) não se pode

atribuir ao nosso museu etnográfico a função de museu-arquivo que o projeto *parece* recomendar (...). E acrescenta quase ao fim da correspondência: “O projeto que indica tantas medidas de valor no tocante à história e à arte, parece quase que só ter tomado em consideração esse aspecto da vida dos nossos selvícolas; não consultou absolutamente o interesse das ciências antropológicas, e é a favor delas que eu pugno (...).”¹⁷

Como já destacado por Adelia Ribeiro, Heloisa Alberto Torres discordava veementemente de que as coleções *científicas* do Museu Nacional se transformassem em coleções de *arte*, caso fossem submetidas ao novo Span.¹⁸ O Museu Nacional, compreendido como o conjunto de todas as suas seções, era um local de produção de conhecimento, de ciência.

Sobre esta última observação, Mário de Andrade, em correspondência a Rodrigo Melo Franco datada de 29 de julho de 1936, afirma que insinuar isso – a transformação das coleções de ciência em coleções de arte – “só não é ofensa porque não tenho vontade de ficar ofendido”.¹⁹ Três dias depois, em 1º de agosto de 1936, Rodrigo Melo Franco compartilha com Mário de Andrade suas impressões acerca do problema do Museu Nacional e da reação de sua vice-diretora. Naquela correspondência, Rodrigo elenca aspectos que sustentam a ideia de que a situação do Sphan ainda continuava bastante incipiente e, como tal, não havia condições de “(...) organizar um museu de arqueologia, etnografia e arte popular com a oposição intransigente do pessoal do Museu Nacional (...)”. Mais adiante, afirma:

De resto, confesso a você que fiquei intimidado diante da responsabilidade de desmembrar do museu existente, as coleções que nos interessavam. Aquilo, tal como está organizado, tem sempre produzido alguma coisa de apreciável. É uma instituição centenária que merece ser tratada com uma consideração especial. Se a gente insistisse em reformá-la agora de acordo com o seu projeto, seria tido, por D. Heloisa e pelos especialistas mais capazes de lá, como inimigo.²⁰

Observamos nesta correspondência a Mário de Andrade que Rodrigo Melo Franco havia compreendido muito bem o lugar da nova agência do patrimônio em meio àquelas já existentes. Heloisa Alberto Torres havia sido bastante assertiva. Segundo ela, o papel do Museu Nacional deveria ser mais bem avaliado, especialmente

(...) no momento em que se pretende organizar a defesa do patrimônio histórico do Brasil: [separar as coleções de etnografia] é o golpe desferido a uma instituição de 118 anos de existência e que malgrado a incompreensão de sua finalidade, pela maioria dos governos, tem conseguido levar e manter em alto nível o nome do Brasil por todo o mundo, na divulgação do que a nossa terra tem de mais bela: a sua natureza e a sua gente. A organização desses trabalhos de defesa não pode ser iniciada pela mutilação de um instituto centenário e

glorioso, quando um dos primeiros monumentos nacionais a serem tombados pelo Serviço deveria ser certamente o Museu Nacional.²¹

Essa discordância e o tom por vezes irritado de *dona* Heloisa tiveram um efeito metonímico nas análises acerca da relação entre os museus, especialmente o Nacional e o Histórico Nacional, e o Sphan: tende-se a tomar a parte pelo todo nas relações entre diferentes agentes e agências no contexto dos museus e do patrimônio cultural naquele período. Não é incomum observarmos análises fáceis que polarizam “conservadores” (diretores de museus, com concepções completamente distintas, Heloisa Alberto Torres e Gustavo Barroso, por exemplo) e modernistas no Sphan.

Entretanto, quando descongelamos esses agentes aprisionados em um *documento/monumento* (como é o caso da carta de *dona* Heloisa) e buscamos compreender o conjunto de experiências que foram condição de possibilidade para sua elaboração, pode-se dar a conhecer as relações de diferentes ordens e naturezas que alteram a compreensão de determinadas narrativas.

Em sua carta a Rodrigo Melo Franco de Andrade pode-se observar que Heloisa Alberto Torres aciona dispositivos de sua trajetória e experiência, mobilizando-os para que o futuro fosse o desejado por ela, no caso específico do documento, a manutenção do Museu Nacional em sua integralidade. Acreditamos que para compreender determinados itinerários biográficos é fundamental dar a conhecer as questões práticas que propiciaram certas movimentações em uma ou outra direção, como propõe Suely Kofes, não pretendendo reconstituir efetivamente a história de vida de determinada pessoa, mas seus itinerários baseados em questões e razões práticas.²²

Sem dúvida não podemos isolar posições e decisões tomadas por Heloisa Alberto Torres da própria trajetória do Museu Nacional como instituição, até porque recorrentemente se destaca a pouca quantidade de publicações de Heloisa que promovessem reflexões acerca de sua própria trajetória.²³ Deve-se destacar, entretanto, que sua vasta correspondência já permitiu a Mariza Corrêa e a outros autores, como fazemos aqui, acompanhar ou destacar traços da *persona científica*, para usarmos os termos de Lorraine Daston,²⁴ que *dona* Heloisa contribuiu para construir para si mesma.

Quando Heloisa Alberto Torres ingressa no Museu Nacional, em 1918, como estagiária de Roquette-Pinto, aos 23 anos, encontra já uma instituição centenária. Os diretores, pesquisadores do museu, eram cientistas que haviam atravessado aquele

século institucional construindo a pesquisa científica no império do Brasil e na então jovem república brasileira, fortemente relacionados ao contexto científico internacional.²⁵

Sua relação com Roquette-Pinto adveio da rede de sociabilidades tecida por seu pai, Alberto Torres (1865-1917). Filho da elite agrária fluminense, Alberto Torres cursou Direito em São Paulo, aderiu ao movimento abolicionista e foi eleito deputado federal logo na primeira legislatura da república. Participava intensamente das discussões políticas que envolviam o destino da nação, tendo sido também ministro da Justiça no governo Prudente de Moraes (1896-1898) e presidente do estado do Rio de Janeiro (1897-1900). Seu último cargo foi o de ministro do Supremo Tribunal. Em meio a seus compromissos e por causa deles e das redes que foram sendo construídas ao longo dessa trajetória, Alberto Torres é igualmente conhecido pelos textos e pelas reflexões acerca do destino da nação. Compartilha com Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Joaquim Nabuco, dentre outros daquele início do século XX, o epíteto de “Intérprete do Brasil”. Não por acaso. Com a tarefa de construir uma nação, e sobretudo de conhecê-la, esses intelectuais lutaram para que suas ideias e reflexões acerca do Brasil se concretizassem por meio de projetos do Estado brasileiro.

Bastante comum naquela época era a reunião de intelectuais e políticos nas residências dessa elite, e desde cedo Heloisa Alberto Torres e seus irmãos, Marieta e Alberto foram inseridos nessa rede. Dela também fazia parte Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), médico e professor da cadeira de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional desde 1906. Roquette-Pinto acolheu Heloisa e sua irmã Marieta quando ambas o procuraram no Museu Nacional, com as duas filhas do ex-diretor do museu, João Batista de Lacerda, para ter aulas de História Natural, decididas a dar continuidade a seus estudos.²⁶

Roquette-Pinto já desenvolvia pesquisas sobre os sambaquis no Rio Grande do Sul e sobre grupos indígenas a partir tanto das coleções já existentes no Museu Nacional como dos materiais advindos da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Comissão Rondon, cujos trabalhos se desenvolveram do final do século XIX até a década de 1920. Nessas expedições o Museu Nacional se fazia presente, e Roquette-Pinto participou da Comissão Rondon, que atingiu finalmente a

Amazônia. O resultado do trabalho de campo desenvolvido por Roquette-Pinto foi publicado em 1917 – *Rondônia* –, momento em que Heloisa Alberto Torres ingressa no Museu Nacional, já tendo compartilhado parcelas desse processo em outros espaços. De seu ingresso até o concurso para professora substituta, prestado em 1925 com sucesso, Heloisa acompanhou os trabalhos de pesquisa de Roquette-Pinto.

Para alguns autores, ela comungava as ideias de Roquette-Pinto: o estudo e o desenvolvimento de pesquisas nos campos das Ciências Naturais e da Antropologia poderiam incidir diretamente sobre as questões sociais²⁷ – o que não significava para o museu abandonar a prioridade para a pesquisa das ciências “puras”.

Deve-se destacar, embora recorrente na literatura sobre o tema, que as pesquisas científicas do Museu Nacional se inseriam não só em redes internacionais, mas estavam fortemente enraizadas em solo nacional. Não é outra a explicação para a inserção do Museu Nacional em 1909 na estrutura do recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio,²⁸ cuja necessidade de autonomização²⁹ responderia a problemas de conhecimento, proteção de fronteiras, comunicação e integração territorial. Não por acaso em 1910 foi criado, também no interior do Ministério da Agricultura, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN),³⁰ no qual dona Heloisa também teria uma atuação de destaque, tendo assento no Conselho criado por meio do Decreto-Lei nº 1974, de 1939. Anos mais tarde, quando o marechal Cândido Rondon deixa a presidência do SPILTN, Heloisa Alberto Torres passa a presidir o órgão em 1955. Sua permanência à frente do Conselho se dá até 1967, quando o órgão é extinto para a criação da Fundação Nacional do Índio (Funai).³¹

Outro órgão criado no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e com profundas relações com o Museu Nacional foi o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), de 1933,³² cujo objetivo era fiscalizar e licenciar expedições científicas nacionais e estrangeiras realizadas em território brasileiro, além de controlar a retirada de todo tipo de material que fosse considerado patrimônio científico e cultural do Brasil. Heloisa Alberto Torres também tinha assento nesse Conselho. Sua experiência à frente do Museu Nacional, no Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e no CFEACB associada a sua crença no valor da ciência e no papel dos cientistas perante a nação fomentaram a compreensão de que

só por meio da ciência se pode chegar ao desenvolvimento e ao progresso. No que se refere à questão indígena, havia clareza de que o legado e o papel dessas populações para a nação brasileira só poderiam ser compreendidos por meio dos estudos a serem desenvolvidos a partir de coleções, aquelas da seção de Antropologia e Etnografia do Museu Nacional. Portanto, para Heloisa Alberto Torres, não se deveria separar aquelas coleções do restante do Museu Nacional, como propusera Mário de Andrade, pois o patrimônio cultural era igualmente patrimônio científico.³³

Deve-se ressaltar, entretanto, que o discurso do Museu Nacional, ao afirmar ser inadequado se imiscuir em assuntos não estritamente científicos, poderia ser interpretado como uma defesa da inexistente neutralidade científica, ou da “ciência pura *versus* ciência aplicada”. Mas esse posicionamento é aqui compreendido como retórico e político, produtor de ações políticas no campo prático. Quanto ao Ministério da Agricultura e às atribuições do Museu Nacional, não havia dúvidas: este deveria ser “(...) um centro de excelência e pesquisa para conhecimentos, sobretudo, aplicados,”³⁴ como ficava explícito em seu regulamento. Ou seja, ao lado das atividades de pesquisa científica e educação, cabia ao museu continuar prestando serviços e consultoria, agora ao Ministério da Agricultura.³⁵

Recém-nomeada diretora do Museu Nacional, em 1939, Heloisa Alberto Torres deixaria seu cargo no CFEACB. Na direção do Museu Nacional, dona Heloisa não deixava de influenciar ou de questionar os novos direcionamentos em reformas realizadas no Ministério da Agricultura, que continuavam procurando direcionar as atividades do Conselho, não mais para o desenvolvimento da “ciência pura”, mas para atividades de “ciência aplicada”. As discussões sobre ciência pura e ciência aplicada marcavam esse período, impulsionadas pela criação da Academia Brasileira de Ciências desde 1916. Dona Heloisa também propunha mudar a subordinação do Conselho do Ministério da Agricultura para o Ministério das Relações Exteriores, visando facilitar o licenciamento das expedições estrangeiras.³⁶ Luís Grupioni³⁷ já tratou de forma primorosa o Conselho e suas coleções e expedições vigiadas com o rigor, bem como o interesse do Museu Nacional e o protagonismo de Heloisa Alberto Torres nas duas instituições. Entre agentes e agências construtoras do patrimônio antes do *patrimônio*, não foi pequeno o papel do CFEACB, embora existisse havia apenas alguns anos. Se os

atritos parecem não ter sido muitos entre os dois órgãos, a chave da questão estaria no fato de que o Sphan se ocupou de tombar e preservar monumentos, enquanto o CFEACB se ocupou do território e de quem por ele circulava, nomeadamente as expedições estrangeiras e particulares que poderiam ameaçar o patrimônio nacional,³⁸ especialmente suas coleções etnográficas que o Museu Nacional avidamente vigiava.

Heloisa Alberto Torres esteve presente não só no CNPI e no CFEACB, mas também no Conselho Consultivo do Sphan,³⁹ desde o início das reuniões em 1938, com cargo vitalício nomeado pela Presidência da República, mostrando claramente que a divergência em relação ao anteprojeto de Mário de Andrade foi uma questão pontual. Na verdade, Heloisa Alberto Torres foi, nas palavras de Adelia Ribeiro, “a *mão direita* de Rodrigo Melo Franco de Andrade”.⁴⁰ Substituiu o diretor do Sphan em várias ocasiões e, ao sair do Museu Nacional em 1955, não só assumiu a vice-diretoria daquele órgão, mas o substituiu na organização do 1º Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto no ano de 1956,⁴¹ conforme noticiou Mário Barata no *Diário de Notícias* de 19 de maio de 1956:

Heloisa Alberto Torres, uma das mais expressivas e atuantes figuras da museografia nacional, assumiu a presidência da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus (Icom) e encontra-se, atualmente, à frente dos preparativos para a próxima realização do 1º Congresso Nacional dos Museus, ao qual todas as instituições especializadas do país já deram adesão.⁴²

O motivo foi destacado na edição matutina do jornal *O Globo*, em 4 de julho de 1956: “Os trabalhos preparatórios vinham sendo orientados pelo Sr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que deles se afastou agora, por motivos de saúde, sendo substituído pela Sra. Heloisa Alberto Torres”.⁴³

O referido Congresso foi organizado pelo braço nacional do Conselho Internacional de Museus (Icom), instituição criada no final do ano de 1946. Heloisa Alberto Torres participou ativamente de sua instalação, junto com outros diretores de museus brasileiros, e compôs desde a primeira hora a Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus.

Constantemente associada ao nome do pai e a figuras de prestígio, como Roquette-Pinto e Rodrigo Melo Franco, o protagonismo de dona Heloisa pode por vezes ter ficado obscurecido.

Em termos de idealizações retóricas dos persistentes estereótipos que acompanham as gerações de mulheres de ciências, também no Brasil no início do século XX as cientistas eram uma contradição em si (...): como cientistas eram atípicas, e como mulheres não eram cientistas comuns, eram estranhas.⁴⁴

A persistência em enquadrar mulheres nos nomes de família – de que souberam muito bem se utilizar – ou como discípulas de seus professores – que ultrapassaram – continua dificultando leituras sobre elas. São mulheres que à sua época não necessariamente padeceram da invisibilidade que algumas historiografias lhes possam atribuir; mulheres corporificadas, com nome, sobrenome e renome. Não se trata de torná-las heroínas, mas sim de inseri-las em seus contextos, seguindo estudos que mostram cada vez mais que essas não foram necessariamente exceções, mulheres “à frente de sua época”. Essas ferramentas possibilitam lançar outros olhares sobre nossas práticas e narrativas.⁴⁵

Retomar aqui o protagonismo de Heloisa Alberto Torres na construção do Sphan busca reforçar que também as construções sobre o patrimônio no país dependeram muito mais das ações, disputas e contradições entre diversos agentes e agências do que foram obras de algum homem-monumento.

Teses recentes e dissertações começam a sistematizar e reler histórias locais, ampliando um quadro de marcadores únicos para as tradições hegemônicas, em que a presença de novos personagens, mulheres e homens, se sobressai e começa a marcar as pesquisas, buscando problematizar as mais diversas abordagens, inclusive das relações de gênero. Dona Heloisa, mulher de museu, participante em nada secundária na rede de atores que construiu o Sphan, de opinião respeitada e de influência conhecida sobre Rodrigo Melo Franco, ao seu lado e de Oswaldo Texeira, diretor do Museu Nacional de Belas Artes, foram os três primeiros presidentes do Comitê Brasileiro do Icom, que claramente representava uma via museológica distinta daquela dominada por Gustavo Barroso, como trabalhos recentes têm recuperado.⁴⁶ Mesmo após sua saída do Museu Nacional, Heloisa Alberto Torres desempenharia papéis centrais na construção da Museologia no Brasil.

¹ A criação oficial do Sphan se deu por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, que reestruturou o Ministério da Educação e Saúde.

² Carta de Heloisa Alberto Torres a Rodrigo Melo Franco de Andrade em 9 de maio de 1936. In: ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 150-151.

³ Judith Martins é conhecida por ter sido a primeira secretária do Sphan, tendo iniciado suas funções em abril de 1936. Permaneceu como secretária de Rodrigo Melo Franco de Andrade até 1962, quando substituiu Carlos Drummond de Andrade, que se aposentara, na Seção de História e do Arquivo. Em 1973 ela própria se aposenta, vindo a falecer em 2000, aos 97 anos.

⁴ THOMPSON, Analucia (Org.). *Memórias do patrimônio: entrevista com Judith Martins*. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Copedoc, 2010, p. 31. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerMemPat_MemoriasPatrimonio_EntrevistaJudithMartins.pdf. Acesso em: 1^o fev. 2018.

⁵ FARIA, Luiz de Castro. “Nacionalismo e nacionalismos: dualidade e polimorfia”. In: CHUVA, Marcia (Org.). *A invenção do patrimônio*. Brasília, DF: MinC/Iphan, 1995.

⁶ *Ibidem*, p. 29.

⁷ THOMPSON, Analucia. *Op. cit.*, p. 29-30.

⁸ MORAES NETO, Prudente de. “A lição de Rodrigo”. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *A lição de Rodrigo*. Recife: UFPE, 1969. Não paginado.

⁹ ANDRADE, Mário de. “Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional”. In: Idem. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1936 – 1945*. Brasília, DF: Sphan/Fundação Pró-Memória, 1981, p. 42-43.

¹⁰ *Ibidem*, p. 43.

¹¹ RIBEIRO, Adelia M. M. *Heloisa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das ciências sociais na cidade do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado em Antropologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, p. 108-117.

¹² COSTA, Lygia Martins. “O pensamento de Rodrigo na criação dos museus no PHAN”. In: SECRETARIA DE CULTURA DO PARANÁ. *Ideólogos do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IBPC, 1991.

¹³ *Ibidem*, p. 117.

¹⁴ Trata-se de Alberto de Seixas Martins Torres (1865-1917), jurista, político e intelectual brasileiro. Exerceu o cargo de presidente de estado do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900. Teve três filhos, dentre eles, Heloisa Alberto Torres (1895-1977).

¹⁵ DOMINGUES, Heloisa M. B. “Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre as ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém, vol. 5, nº 3, 2010, p. 628. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222010000300005. Acesso em: 8 fev. 2018.

¹⁶ Berta Lutz ingressara no Museu Nacional em 1917, mas no quadro técnico, em concurso para secretária. Sobre o assunto ver: LOPES, Maria Margaret. “Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 15, supl., 2008, p. 73-95.

¹⁷ Carta de Heloisa... *Op. cit.*, grifo nosso.

¹⁸ RIBEIRO, Adelia M. M. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁹ ANDRADE, Mário de. *Cartas de trabalho: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Brasília, DF: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981, p. 60.

²⁰ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o Sphan: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC/Pró-Memória, 1987, p. 120.

²¹ *Ibidem*, p. 150.

²² KOFES, Suely. “Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser?”. In: KOFES, Suely e MANICA, Daniela. *Vidas e grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia*. Rio de Janeiro: Lamparina/Faperj, 2015.

-
- ²³ CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. CORRÊA, Mariza e MELLO, Januária. *Querida Heloisa/Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 2008. DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Op. cit., p. 625-643.
- ²⁴ DASTON, Lorraine e SIBUM, H. Otto. "Scientific personae and their histories". *Science in Context*, Cambridge, vol. 16, nºs 1-2, 2003, p. 1-8.
- ²⁵ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Brasília, DF: UnB, 2ª ed., 2009.
- ²⁶ RIBEIRO, Adelia M. M. Op. cit., p. 48.
- ²⁷ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Op. cit.
- ²⁸ BRASIL. Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1907, p. 65.
- ²⁹ A Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas data de 1860, portanto, uma iniciativa do império brasileiro. Quando da instauração da república, a secretaria passa a se denominar Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, vinculada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.
- ³⁰ BRASIL. Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. Cria o Serviço de Proteção aos índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1910, p. 4788.
- ³¹ RIBEIRO, Adelia M. M. Op. cit., p. 86.
- ³² BRASIL. Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933. Incumbe o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular e estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional, solicitando o concurso de outros Ministérios, sempre que se tornar necessário. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 22 maio 1933, p. 9938.
- ³³ Sobre a questão de um patrimônio arqueológico e etnográfico no contexto da criação do Sphan, ver: LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo. "Para além da pedra e cal: o Museu Nacional e as ações de preservação do patrimônio arqueológico e etnográfico (1937-1955)". *História Social*, Campinas, nº 25, 2013, p. 157-184. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/index>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- ³⁴ LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil*. Rio de Janeiro: PPGAS, 1989, p. 30. Disponível em: <http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/pdfs/Comunica%C3%A7%C3%A3o%20do%20PPGAS%20n%C2%BA13.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- ³⁵ LOPES, Maria. Margaret. Op. cit., p. 229.
- ³⁶ SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret; VELHO, Lea Maria Leme Strini. "Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil". *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 39, jun. 2008, p. 311-327.
- ³⁷ GRUPIONI, Luís D. B. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ³⁸ *Ibidem*.
- ³⁹ Atualmente denominado Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Originalmente era formado pelo diretor do Sphan, os diretores dos museus nacionais e dez membros nomeados pela Presidência da República. Ver: BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1937, p. 1210, artigo 46.
- ⁴⁰ RIBEIRO, Adelia M. M. Op. cit., p. 109.
- ⁴¹ *Ibidem*, p. 116-117.

⁴² BARATA, Mário. “Heloisa Alberto Tôrres e o Congresso de Museus”. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 maio 1956, Segunda Seção, p. 2.

⁴³ O GLOBO. Rio de Janeiro, 4 jul. 1956, p. 6. Matutina.

⁴⁴ LOPES, M. Margaret. “Proeminência na mídia, reputação em ciências: a construção de uma feminista paradigmática e cientista normal no Museu Nacional do Rio de Janeiro?”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 15, 2008, p. 73-95.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ COELHO, Priscilla Argoni. *Metáforas em rede no processo de institucionalização: um estudo sobre memória e discurso da Museologia no Brasil (1932-1985)*. Doutorado em Memória Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.